

## COLIGAÇÃO CONFIRMA RIO GRANDE

### DIRETRIZES PARA O SEGUNDO GOVERNO YEDA CRUSIUS

#### **Apresentação**

A Coligação *Confirma Rio Grande*, neste documento, apresenta à sociedade gaúcha os conceitos e compromissos básicos que fundamentam, orientam e legitimam nossa proposta de um Segundo Governo Yeda. Deseja a Coligação dar sequência ao projeto de desenvolvimento integrado e sustentável ora em curso, que tem como objetivo tornar o Rio Grande o estado de melhor qualidade de vida do país. Os inegáveis avanços obtidos quer na modernização da gestão pública, quer no campo social, são frutos do “novo jeito de governar” que, juntamente com o povo gaúcho, recolocou o Estado no caminho certo e recuperou para todos e cada um dos cidadãos sul-rio-grandenses a possibilidade de um futuro melhor e mais digno. É para continuarmos senhores de nosso próprio destino que a Coligação Confirma Rio Grande propõe a continuação dessa trajetória exitosa, aprimorando, qualificando, aprofundando e ampliando ainda mais as conquistas trazidas pelo “Novo Jeito”.

#### **Vencendo desafios históricos**

Quando assumimos o governo do Estado, em 1º de janeiro de 2007, o Rio Grande do Sul encontrava-se no ponto mais crítico da longa trajetória de 36 anos de persistentes déficits fiscais. O desequilíbrio das contas públicas, admissível apenas esporádica e conjunturalmente, havia há muito se tornado estrutural. Considerando-se os pagamentos da dívida, 114% da receita encontravam-se comprometidos mesmo no caso de não se aplicar um centavo sequer em investimentos. O Estado não cabia dentro de seu orçamento. Com o esgotamento das fontes de financiamento do déficit das quais os governos haviam sequencialmente se socorrido – a saber: inflação, empréstimos, privatizações, Caixa Único, depósitos judiciais –, era natural que a deterioração das contas públicas, já crônica, em algum momento se tornasse severamente aguda. E isso ocorreu de forma notável ao final de 2006, quando o Estado fechou suas contas com um déficit orçamentário de R\$ 899 milhões, um saldo negativo de R\$ 3,2 bilhões no Caixa Único, R\$ 3,3 bilhões em precatórios e uma dívida consolidada de R\$ 33,76 bilhões! O governo da época precisou recorrer ao governo federal para honrar a folha de dezembro do funcionalismo. O décimo terceiro salário, como se tornara rotineiro, foi pago através de empréstimo do Banrisul.

O novo governo assumiu em janeiro de 2007 com um déficit orçamentário previsto de DOIS BILHÕES E QUATROCENTOS MILHÕES DE REAIS, encontrando em caixa recursos de apenas R\$ 1 milhão para livre movimentação e um total de contas a pagar de R\$ 1,6 bilhão. Com referência a essas últimas, como alguns fornecedores esperavam havia 13 meses para receber por produtos entregues ou serviços prestados, existia o risco real de paralisação na prestação de serviços absolutamente essenciais como, por exemplo, o de fornecimento de alimentos para presídios e o de combustíveis para as viaturas da Polícia Civil e da Brigada Militar. Em resumo, ao final de 2006 o Estado estava condenado à imobilidade: não podia financiar-se, não podia buscar financiamentos porque excedera em muito todos os limites da

Lei de Responsabilidade Fiscal e não podia custear suas obrigações mais elementares com pessoal e fornecedores. O Rio Grande, na prática, quebrara.

Além da dificuldade de honrar despesas correntes, a acumulação de déficits sucessivos traz consigo uma redução dramática nos níveis de investimentos públicos, o que tem efeitos economicamente desastrosos e socialmente perversos. De fato, um Estado que não investe é um Estado que deixa de cumprir suas funções básicas.

Em 2007, os investimentos do Estado não superaram a quantia irrisória de doze milhões de reais! O valor retrata a falência e a total incapacidade de o Estado exercer sua atividade básica, qual seja, promover o bem comum, entendido esse como o conjunto de condições que permitem e incentivam a todos e a cada um das gaúchas e dos gaúchos realizarem-se, livremente, em uma vida cada vez melhor e mais digna. Ao tornar o Estado incapaz de promover o desenvolvimento econômico com inclusão social efetiva, o desequilíbrio estrutural das finanças estaduais inviabilizava a construção de um futuro mais próspero para os gaúchos.

Há, ainda, um aspecto importante e que tem a ver com um dos fundamentos de uma sociedade democrática moderna. O fato é que, talvez sem que sequer nos apercebêssemos, havíamos perdido ao longo do tempo boa parte de nossa credibilidade no que se refere ao respeito a contratos e a regras legalmente estabelecidas. Essa perda se deu, por exemplo, ao não se pagar precatórios, ao não se honrar os pagamentos dos projetos aprovados na Consulta Popular, ao não se cumprir a chamada “lei Britto” ou, ainda, ao atrasar-se durante meses e meses o pagamento a (grandes e pequenos) fornecedores do Estado. A credibilidade é parte importante do capital social básico de sociedades avançadas e sempre que ela diminui cria-se um círculo vicioso (júros, preços majorados, ações judiciais, perda de investimentos privados) que acaba por agravar ainda mais a situação das finanças públicas. O resultado final do processo é conhecido: queda nos indicadores sociais e na qualidade de vida da população.

O quadro em janeiro de 2007, pois, era de dificuldades extremas. E não se diga que era fácil revertê-lo. Se fosse fácil enfrentar os desafios históricos que causavam a deterioração completa das finanças estaduais, algum dos governos anteriores já o teria feito. É de justiça reconhecer que eles tentaram resolver o problema e que nessa tarefa, por certo, empregaram o melhor de seus esforços. Mas a verdade – e esse reconhecimento também deve, por justiça, ser feito – é que nenhum conseguiu obter sucesso. Esse sucesso, o zeramento do déficit público, foi o governo Yeda Crusius que alcançou.

Com coragem, determinação e total transparência, atuando de forma competente e responsável tanto pelo lado da receita como pelo lado da despesa, levando paralelamente um programa de modernização e valorização do servidor público e cuidando para que, apesar das dificuldades fiscais, não faltassem os serviços básicos e essenciais para a população, o governo enfrentou a questão e já em 2008, um ano antes do que o próprio governo previra, alcançava o déficit zero, equilibrando, enfim, as contas estaduais.

Dentre as principais medidas tomadas pelo lado da despesa pública, é importante citar: 1) Decreto de Contingenciamento dos Cem Dias; 2) Programa Fazendo Mais com Menos;

3) Gerenciamento Matricial da Despesa; 4) Regularização de Pagamentos; 5) Reestruturação da Dívida com o Banco Mundial; 6) Aplicação do Teto Salarial do Poder Executivo; 7) Portal da Transparência RS.

Pelo lado da receita, vale destacar, entre outras: 1) Gerenciamento Matricial da Receita; 2) Substituição Tributária; 3) PAC (Programa de Avaliação do Contribuinte) Inteligente; 4) Ampliação da Nota Fiscal eletrônica; 5) Capitalização do Banrisul; 6) Transparência nas Desonerações Fiscais.

Com a casa arrumada, foi possível retomar investimentos em escalas não alcançáveis havia décadas. Estradas foram abertas e pavimentadas, 97% das escolas foram reformadas, o quadro de pessoal do Estado foi revitalizado com a realização de concursos em áreas vitais para o desenvolvimento sócio-econômico. Mantendo-se o respeito às contas públicas e graças à competência na gestão, novos 7 mil brigadianos foram contratados, capacitados e incorporados. Veículos e computadores foram adquiridos por todos os órgãos públicos. Estatais voltaram a investir em energia, saneamento e pavimentação de ruas e estradas.

Promoveu-se a inclusão digital das crianças nas escolas públicas e os professores receberam subsídios para aquisição de computadores pessoais. Todos os funcionários estaduais do quadro geral receberam, por conta do cumprimento da integralidade da Lei Britto, aumentos salariais em média entre 20 a 33,09%. Postos de saúde foram aparelhados e reformados. O Rio Grande atraiu e pôde consolidar investimentos que diversificaram e dinamizaram a Economia do Estado, reforçando sua posição de importância econômica e de liderança atuante e competitiva no cenário nacional e internacional.

Pela primeira vez, enfim, depois de quase quarenta anos, foi possível começar executar tanto um ousado programa de investimentos em infra-estrutura como uma política ativa de melhoria dos serviços públicos sem aumentar o passivo financeiro do Estado, ou seja, sem comprometer as próximas gerações.

Ao reverter a trajetória histórica perversa de desajustes fiscais, o governo Yeda conseguiu recolocar o Rio Grande no caminho do desenvolvimento sustentável. Esta não é uma conquista apenas do governo. O Déficit Zero é, antes, uma conquista do povo do Rio Grande, que deve ser incorporada ao patrimônio das grandes vitórias da nossa gente! Com ele, todos nós, gaúchos, recuperamos um futuro que parecia perdido. Por isso é tão importante zelar por ele. Nunca é demais lembrar que o Déficit Zero, uma vez alcançado, requer igual esforço, igual coragem, igual determinação para ser mantido. Arrumar a casa e mantê-la arrumada é difícil. Desarrumá-la é fácil. Perigosamente fácil.

A conquista do Déficit Zero, contudo, jamais foi encarada, no âmbito do governo, como o seu fim último. De fato, o nosso projeto, vitorioso nas urnas em 2006, não se limita e tampouco se esgota no equilíbrio das contas públicas. Sempre tivemos claro que o saneamento da finanças estaduais era condição necessária, fundamental, para um objetivo muito maior, que visava o bem comum da sociedade gaúcha, qual seja, o de fazer do Rio Grande do Sul o estado com a melhor qualidade de vida do país.

É esse o projeto que está em andamento. É na construção desse objetivo em que estivemos empenhados, e é nela que nos propomos continuar, com o aval de termos cumprido o que havíamos prometido em 2006.

### **O novo jeito de governar**

A proposta de “um novo jeito de governar”, que se materializou no atual governo e fornece os fundamentos do modelo de gestão pública para o Segundo Governo Yeda, foi construída a partir da constatação de que um dos motivos centrais da situação de insolvência do Rio Grande era a de que não havíamos feito, a tempo, as mudanças no setor público exigidas por um Brasil sem inflação que se modernizava de forma acelerada, inserido em um mundo que se informatizava e globalizava. A questão, em resumo, era esta: nosso Estado ainda operava dentro de um modelo essencialmente “burocrático”.

Na virada do século XIX para o XX, o chamado “estado patrimonialista” – em que os bens públicos se confundiam com os bens dos governantes – começa a ceder lugar para o que veio a ser conhecido como “estado burocrático”, que legitimava a administração através de formas de exercício do poder fundadas na legalidade e na racionalidade. Os ganhos dessa transformação tornaram-se logo evidentes. A seleção de funcionários, por exemplo, deixou de ser uma escolha pessoal do governante para ser feita por concurso. E a estabilidade do servidor, introduzida como uma garantia contra perseguições, juntamente com a definição prévia de planos de carreira, deram dignidade profissional ao serviço público.

O nosso Rio Grande, ao longo da primeira metade do século XX, implantou esse modelo de Estado com raro sucesso. Houve a profissionalização do Serviço Público, o que nos permitiu, inclusive, o pioneirismo na construção de sistemas de excelência, para a época, nas áreas de saúde, de segurança, de educação (fomos o primeiro estado a universalizar o ensino básico), etc. Assim nos organizamos, e assim nos tornamos uma sociedade madura política e socialmente.

Mas o mundo mudou, o Brasil mudou, e as novas condições passaram a requerer uma também nova maneira de conceber, estruturar e gerenciar a administração pública. Eram evidentes os sinais de que o antigo modelo deixara de funcionar. Havia a crise fiscal do Estado (não foi por acaso que o Rio Grande não fez o seu ajuste com o fim da inflação, lá em 1994, embora as empresas privadas e outros estados brasileiros o tenham feito). Junto com a globalização do capital, veio a globalização dos bens e serviços. Por sua vez, a própria evolução tecnológica, ao permitir acesso amplo e imediato às informações, dava suporte real às exigências da sociedade por maior transparência e por uma radical democratização do Poder Público. Era preciso, portanto, uma nova ideia de funcionamento do Estado, era necessário um “novo jeito de governar”.

Ocorre que o modelo “burocrático” de Estado, cuja função era prioritariamente a de ser o “guardião da norma”, foi concebido para operar em uma rígida hierarquia vertical e com foco exclusivo nos processos. A verticalidade da estrutura expressava-se, por exemplo, na administração “por Secretarias”, onde cada uma delas tendia a se tornar um governo dentro

do governo, com seus próprios projetos e programas, muitas e muitas vezes duplicando, quando não simplesmente contrariando, o esforço de outras secretarias. Tal configuração administrativa, por óbvio, tendia inevitavelmente à ineficácia e à ineficiência.

Já o foco em processos manifestava-se no próprio sentido que popularmente passou-se a atribuir à expressão "burocracia": um emaranhado de papéis e carimbos que deles se auto-alimenta, por eles se justifica e neles se esgota. Isso era triplamente danoso. De um lado, o cidadão pagava um custo elevadíssimo, em tempo, dinheiro e paciência, sempre que precisava ter acesso aos serviços públicos. De outro, havia uma perda para o Estado pois o excesso de burocracia é sempre um poderoso incentivo para as pessoas agirem na informalidade. Por último, mas não menos importante, o sistema era tremendamente injusto com o próprio funcionário público, que muito embora quisesse resolver rápida, responsável e atenciosamente o problema do cidadão, era ele mesmo obrigado a desviar o seu esforço, a sua dedicação e o seu talento para cuidar do papel e do carimbo.

Administração focada no cidadão; transparência e democratização; otimização dos recursos; orientação para resultados de curto e de longo prazos; responsabilização e correspondente valorização do servidor público; transparência; gestão por redes e programas: esses, em síntese, os fundamentos e princípios do "novo jeito de governar". Da hierarquia vertical, rígida e segmentada do estado burocrático, passa-se a uma estrutura integrada e flexível, a de um verdadeiro Estado da Cidadania, um Estado de todos e para todos.

Um olhar mesmo que superficial e rápido sobre o Governo Yeda mostra que tais conceitos vêm sendo implementados progressivamente e que seus resultados têm superado mesmo as mais otimistas expectativas. O "Novo Jeito" está mudando estruturalmente a administração pública do Rio Grande. E mudando para melhor. A própria conquista do déficit zero é consequência desse processo. Ela jamais seria alcançada, como de fato não o foi, pelo "velho jeito de governar".

O foco no cidadão constitui-se, desde o princípio do governo, em premissa e fundamento de todas as ações e políticas públicas estaduais. É sobre ele que se estruturam cada um dos três grandes eixos da Administração Yeda, a saber:

- a) Eixo I : Desenvolvimento Econômico Sustentável: "Mais e melhores empregos para os gaúchos";
- b) Eixo II : Desenvolvimento Social: "Mais qualidade de vida para todos os gaúchos";
- c) Eixo III : Finanças e Gestão Pública: "Um estado a serviço do cidadão".

A otimização no uso dos recursos não é apenas um objetivo abstrato. O "fazer mais com menos" é um lema presente e uma prática contínua desde o primeiro dia de governo. A racionalização dos processos que elimina duplicações e que vai muito além das pequenas (mas importantes) economias do dia-a-dia, a eliminação do atraso dos pagamentos a fornecedores (e conseqüente barateamento dos bens e serviços adquiridos pelo Estado) são apenas algumas das novas faces dessa prática.

A transparência é uma marca positiva importante do “novo jeito de governar”. Na construção do Estado da Cidadania foram introduzidas novidades absolutas na estrutura e nas práticas administrativas estaduais. A verdade orçamentária, exposta como jamais antes o fora, constitui um marco na história política do Rio Grande. A criação da Ouvidoria, da Secretaria de Transparência e a implantação do Portal são exemplos de medidas concretas da completa abertura do governo ao acompanhamento e à fiscalização do poder público por parte da sociedade, por parte do cidadão comum.

A responsabilização (*accountability*, ou “fulanização” de responsabilidades) é, de alguma forma, o complemento gerencial da transparência. Ela acaba com o sentimento de que, no serviço público, ninguém é responsável. Em contrapartida, ela não apenas valoriza o servidor público como o dignifica pelo aumento de sua autonomia. Os Acordos de Resultados e os Contratos de Gestão são expressões concretas desse princípio. Além disso, transparência, responsabilização e gestão possuem, quando consideradas em conjunto, a capacidade de eliminar, na origem, possíveis focos de corrupção na máquina pública. O modelo do “novo jeito”, portanto, além dos acompanhamentos, auditorias e inspeções rotineiras pelos órgãos especializados em identificar e reprimir desvios de conduta, constitui-se, ele próprio, em um método inovador de prevenção da corrupção.

Quando se fala em “orientação para resultados”, deve-se distinguir os horizontes temporais em que eles acontecem. Por isso, o “novo jeito de governar” utiliza-se da técnica do “duplo planejamento”: O de curto prazo –o planejamento *do hoje para o hoje*–, e o de longo prazo –o *do hoje para o amanhã*. O primeiro tem a ver com as obrigações e ações cotidianas do governo, como por exemplo o ensino nas escolas públicas, a manutenção de postos de saúde, a fiscalização fito-sanitária e assim por diante. São atividades, em geral, que afetam o cidadão de modo direto e imediato. É importante, pois, que elas sejam continuamente avaliadas através de indicadores objetivos tanto do resultado alcançado como do esforço despendido. A avaliação não somente é um ato de respeito ao cidadão, para garantir-lhe melhores serviços públicos, mas também é o instrumento adequado para introduzir incentivos que de fato valorizem o servidor público, para que ele melhore seu desempenho, se aprimore pessoalmente e cresça em sua carreira.

O planejamento de longo prazo, o planejamento dito *estratégico*, tem a ver com a construção do futuro que queremos. Ele é especialmente caro ao “novo jeito de governar” pois se realiza na operação (ou na gestão) por programas, antes do que por Secretarias. A construção do futuro se expressa no desenho de programas estruturantes que incorporam as principais propostas de longo prazo e os objetivos estratégicos do governo. Instrumentos de gestão de longo prazo inéditos em nosso estado até o Governo Yeda, os doze programas estruturantes atuais têm um mesmo objetivo estratégico que os une: **melhorar as condições estruturais do Rio Grande de modo a torná-lo o estado de melhor qualidade de vida do Brasil.**

Uma característica própria à gestão por programas é que permite uma transversalidade *entre Secretarias (ou horizontalidade)*, impraticável no modelo hierárquico vertical do “velho jeito”. A transversalidade é fundamental tanto para a racionalização das

ações do governo como para produzir sinergias virtuosas entre áreas aparentemente desconectadas. Ela é garantida, operacionalmente, pelo funcionamento das Câmaras Setoriais, instrumento de gerenciamento introduzido pelo atual governo na administração estadual. Um exemplo das vantagens da conexão transversal entre as diversas áreas é a questão da prevenção da violência. No "modelo antigo", a prevenção da violência provavelmente se resumiria a um conjunto de ações exclusivas, ou quase exclusivas, da Secretaria da Segurança. Mas a prevenção da violência é muito mais complexa e vai muito além do controle e da repressão, ambos necessários, mas nem de longe suficientes. Por isso, o "novo jeito de governar" instituiu o Projeto Prevenção da Violência, dentro do Programa Estruturante "Nossas Cidades", com a participação efetiva, coordenada e sinérgica das Secretarias da Segurança, da Justiça e Desenvolvimento Social, da Educação e da Saúde.

A transição completa do Estado burocrático para o Estado da Cidadania não é um processo simples e nem se completa de um momento para o outro. Muita coisa já foi feita. Mas ainda há muito que fazer. Também aqui não se pode descuidar, pois há uma natural inércia nas instituições em assimilar mudanças em concepções e rotinas administrativas, ainda que, como no caso, tais mudanças lhes sejam, mais do que necessárias, extremamente benéficas. A transição para um Estado moderno, responsável, democrático, transparente, eficiente, de resultados, com foco prioritário no cidadão e no bem comum, é algo que está em curso no Governo Yeda e que já alcançou resultados extraordinários. Mas é um processo que precisa ser completado, levado até o fim. Aqui, não avançar significa mais do que parar: é retroceder, é voltar a um modelo de Estado que não tem mais condições de atender sequer minimamente as exigências da moderna sociedade gaúcha.

### **Compromissos**

A Coligação *Confirma Rio Grande*, avalizada por uma gestão que cumpriu o que prometeu, registra de modo claro, transparente e objetivo seus principais compromissos para com o Povo do Rio Grande.

**COMPROMISSO COM OS VALORES DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL:** A democracia constitucional é o único regime capaz de garantir a dignidade da pessoa humana, princípio inscrito em nossa Carta Magna como um dos fundamentos do Estado Brasileiro. Tais valores são, para nós, inegociáveis. Fazem parte desses valores, por exemplo, o rigoroso respeito às leis, às instituições e aos Poderes de todos os níveis federativos, não fazendo distinções político-partidárias entre eles. Respeitamos tais valores ao jamais discriminar municípios administrados por partidos de oposição. E assim o fizemos quando fomos o primeiro estado brasileiro a firmar convênios referentes a programas do Governo Federal, como o PAC e o Pronasci. As aspirações de uma sociedade democrática não se realizam apenas com um processo ou conjunto de processos formais. Eles são necessários, mas são insuficientes. É essencial à democracia a adesão a um conjunto de valores que se organizam sob o primado da dignidade da pessoa humana e fluem para a construção de uma sociedade solidária, livre e ordenada com vista ao bem comum, na qual se superam as desigualdades artificiais e se compensam as desigualdades naturais.

**COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** O objetivo de fazer do Rio Grande o estado de melhor qualidade de vida do país significa ter os melhores índices de estabilidade fiscal, de confiança do investidor, de segurança, saúde, educação, cultura, saneamento, distribuição regional e pessoal de renda, de desenvolvimento tecnológico e incorporação de inovações, de produtividade, emprego e de meio ambiente. É essa multiplicidade de indicadores que deve servir de base para, tal como hoje o fazemos, planejar e avaliar continuamente as ações estratégicas do Estado e as políticas públicas articuladas nos três eixos: 1) Desenvolvimento Econômico Sustentável; 2) Desenvolvimento Social; 3) Finanças e Gestão Pública.

**COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE:** Fazer do Rio Grande um "Estado Verde". Entre outras medidas, criar um "selo verde" de qualidade em relação ao meio ambiente e exigí-lo não apenas nas políticas públicas e nos processos utilizados pela administração mas também nos contratos firmados com parceiros do Estado.

**COMPROMISSO COM A REGIONALIZAÇÃO E A SUBSIDIARIEDADE:** Somos e continuaremos sendo um governo não apenas radicalmente *municipalista*, mas um governo orientado pelo princípio da subsidiariedade. Não basta descentralizar a administração pública estadual e regionalizá-la. É preciso assegurar que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível do cidadão, reconhecendo na prática a importância das regiões, dos municípios, das comunidades locais, das famílias e das pessoas individualmente consideradas na construção de uma vida melhor. É também necessário manter uma firme, ativa e transparente política de relações federativas, de harmonia entre os Poderes e os diversos níveis dos entes federados, baseada na lealdade cívica, na verdade, na franqueza e nos princípios de competência para a construção do bem comum. Assim, por exemplo, os municípios são credores de segurança do Estado, uma vez que é deste a competência para fornecer segurança pública àqueles; mas o Estado também é credor de segurança da União, pois é à União que compete a repressão aos crimes de violação de fronteiras, como é o caso de contrabando de drogas e de armas.

**COMPROMISSO COM A AUSTERIDADE E COM O EQUILÍBRIO FISCAL:** A austeridade e o equilíbrio fiscal costumam ser apreciados em tese, mas rejeitados quando levados ao caso concreto pois frequentemente implicam contrariar interesses específicos e bem organizados. O equilíbrio foi construído com um enorme esforço, partilhado por toda sociedade. A preservação dessa conquista é condição para continuarmos na trajetória de crescimento virtuoso em que nos encontramos. Trata-se, agora, de caminharmos para a construção de um orçamento público regionalizado, realista e equilibrado, feito de acordo com uma **Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual**, a ser discutida e pactuada entre todos os Poderes, que garanta metas para o crescimento com estabilidade fiscal. Uma lei assim –tal como a que apresentamos em 2007– tornaria possível de forma permanente que as finanças públicas exercessem o papel de um condutor fundamental de um padrão de um crescimento econômico e de um desenvolvimento sustentáveis. O orçamento regionalizado, realista e equilibrado torna-se, assim, peça essencial de nosso compromisso com os cidadãos.

**COMPROMISSO COM AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO:** A longa série de desequilíbrios financeiros, que praticamente reduziu a zero a capacidade de investimentos públicos no Rio



Grande, teve conseqüências desastrosas em nossa infraestrutura. Hoje ela se constitui no maior e mais sério gargalo para a expansão de nossa produção. Sua recuperação deve ser considerada prioritária. É uma infraestrutura moderna e adequada o elemento principal, ao lado do nível educacional da população, para a formação das vantagens comparativas que irão tornar o Rio Grande cada vez mais competitivo. Melhor infraestrutura significa mais atração de investimentos, mais emprego, mais turismo, mais renda, maior qualidade de vida.

**COMPROMISSO POLÍTICO COM AS REFORMAS ESTRUTURAIS:** Muito embora o Rio Grande tenha assumido suas responsabilidades com a solução dos próprios problemas, é dado da realidade que estados e municípios brasileiros padecem as conseqüências dos desvios que acometeram ao longo do tempo o nosso modelo federativo. É preciso enfrentar essa questão no terreno da política nacional, junto com uma melhor distribuição dos recursos fiscais e com a reforma das nossas instituições políticas.

**COMPROMISSO COM OS SETORES SOCIAIS MAIS CARENTES:** O nível de desenvolvimento civilizacional alcançado por uma sociedade deve ser aferido a partir das condições disponibilizadas aos seus setores mais carentes, seja sob o ponto de vista da renda, do saneamento básico, da saúde e da educação. Portanto, a ampliação da capacidade de investimento público, a atração ao investimento privado e o suporte ao desenvolvimento econômico sustentável devem convergir, devem assumir como foco, a realização desse objetivo, que afirma o real compromisso ético de uma sociedade com a Justiça como valor socialmente assumido.

**COMPROMISSO COM A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA:** Para garantir que não haja retrocessos no ajuste das contas públicas, é necessário continuar o processo de modernização da gestão pública estadual, valorizar e capacitar ainda mais o funcionalismo, completando a transição de um "estado burocrático" para um estado voltado para o cidadão.

Porto Alegre, junho de 2010